

CELEIRO DO MUNDO: EXTRATIVISMO E AGRICULTURA EM DISCUSSÃO NA AMAZÔNIA

Isabel Cristina Martins Guillen
Departamento de História/UFPE

No momento em que o Estado Novo, por meio da Marcha para o Oeste, lançou a campanha de colonização do interior do país, propondo a criação de Colônias Agrícolas de pequenas propriedades a serem localizadas principalmente na região Centro Oeste e na Amazônia, colocou-se em circulação uma série de elementos do imaginário social que se referiam à auto-suficiência da vida camponesa.¹ Ao mesmo tempo, o discurso estado-novista trabalhava com outro elemento do imaginário - a floresta como indício de extrema fertilidade - na tentativa de provar que a vida nos trópicos não só era possível, mas constituía o futuro da humanidade: a floresta amazônica se transformaria no celeiro do mundo.²

A belíssima metáfora *celeiro do mundo* teria sido criada por Humboldt para se referir às potencialidades agrícolas que a floresta em tese encerrava, e que perpassaram todo o imaginário sobre a região durante os séculos XIX e adentraram o século XX. Ela está presente em diversas obras sobre a Amazônia, sejam elas literárias ou de cunho mais ensaístico, denotando que no imaginário social atuava como uma promessa de futuro, com características quase utópicas.

O objetivo do presente trabalho é discutir como essas representações ofereceram suporte para as campanhas de ocupação da região de fronteira levadas a termo durante o Estado Novo. Para tanto, num primeiro momento, discutiremos os matizes desse imaginário para, em seguida, analisá-lo em atuação no debate travado no período em torno do cultivo de seringueiras e, em especial, da experiência da companhia Ford que manteve durante algumas décadas grandes plantações de seringueiras no Pará (Fordlândia e Belterra). Este será nosso fio de Ariadne, pois ainda que incipiente em termos historiográficos, a relação entre natureza e cultura na história amazônica é um verdadeiro labirinto. Atalhos e varadouros que a sistematização historiográfica invariavelmente proporcionam ainda precisam ser construídos, mas não resta dúvidas de que o embate que extrativismo versus agricultura gerou é uma das questões centrais para se entender como se construiu essa relação na história da região. Esse imaginário,

como veremos, perpassa as políticas públicas elaboradas para a região, e a questão ambiental neste momento não se dissocia de uma motivação política mais ampla que objetiva discutir a construção e sobrevivência da Amazônia brasileira. É nesse sentido que, em nossa discussão, é impossível se dissociar a tecnologia e as questões ambientais, que o debate acima gerou, das estruturas e dinâmicas socioeconômicas, ou seja, de como uma dada sociedade se constrói historicamente na Amazônia.

AGRICULTURA NA AMAZÔNIA: O MITO DA FERTILIDADE

Se a vida agora já é propícia, mal completo ainda o levantamento telúrico, avalie-se o que não será amanhã, quando a bacia trabalhada pelos ventos e pelas águas atingir altitude desafogada. Surgirá então, dilatado e completo, por mando dos Fados, o florido Paraíso Verde, alcatifado, arroteado, povoado, capaz de abastecer o orbe de frutas, de legumes, de cereais e de carnes. Basta para isso que a indústria extrativa seja substituída pela indústria agrícola, tornando o seringueiro lavrador, o caucheiro pastor. Em vez da borracha o arroz, em lugar da balata o gado. [...] No dia em que a extração da seringa, do caucho, da madeira, se transmude na plantação do arroz, da cana, do milho, do cacau, de acordo com as exigências geográficas, a planície equatorial volver-se-á em fabuloso refúgio da humanidade (MORAIS, 1987, p. 142).

Neste pequeno trecho retirado de *A planície Amazônica*, Raimundo Morais nos oferece com uma síntese do imaginário que se desenvolveu em torno da fertilidade do vale amazônico, compartilhado por muitos outros intelectuais atuantes nas primeiras décadas do século XX que se esforçavam em construir uma imagem da região não calcada na difundida visão do inferno verde. Propalada pelas obras de Euclides da Cunha e Alberto Rangel, a vida na Amazônia é representada como um eterno embate entre natureza e civilização, o primeiro termo quase sempre sinônimo de selvageria e barbárie, e segundo estes autores, comprovada pelo modo de vida que se desenvolvia nos seringais, onde o extrativismo e a convivência forçada com a floresta fazia aflorar o lado animalesco das sociedades, imperando a exploração dos mais fracos e menos adaptados ao ambiente cruel. O seringal e a escravidão dos homens ao sistema de aviação se consolida ao longo da primeira

metade do século XX como protótipos de uma vida infernal que a floresta “naturalmente” imporá aos homens que tentavam com ela conviver. Subjaz a idéia de que o homem civilizado não pode conviver com a floresta e de que o ambiente adequado à civilização é a agricultura.³

Paradoxalmente, aqueles que objetivavam combater a idéia do inferno verde, como Raimundo Morais, buscavam construir uma outra imagem da Amazônia e da floresta também em torno de suas possibilidades agrícolas. Para tanto, apoiavam seus argumentos em grandes escritores e cientistas que conferiam autoridade a seus argumentos, a exemplo dos naturalistas, pois tanto Bates como Wallace acreditavam nessas potencialidades, e defendiam que as terras não eram aproveitadas muitas vezes por incuria governamental, por falta de disposição para o trabalho ou por falta de mão-de-obra, conforme pode ser observado abaixo:

Nos trechos por onde passamos, poder-se-ia cultivar cana de açúcar, algodão, café e arroz, da melhor qualidade e em quaisquer quantidades. A navegação é livre e ininterrupta durante todo o ano. Toda a região é entrecortada por rios e igarapés que podem fornecer água com fartura para qualquer fazenda que aí se estabeleça. Mas a indolente disposição do povo e a escassez de mão-de-obra entravam o desenvolvimento das potencialidades dessa excelente terra, pelo menos até que aí se estabeleçam colônias de europeus ou de norte-americanos. Não existe região no mundo onde, como essa, possa o povo cultivar e colher tantos produtos de primeira e de segunda necessidade! Milho, arroz, mandioca, cana-de-açúcar, café, algodão; bovinos, aves, suínos; banana, laranja e mais uma infinidade de outras frutas e legumes; tudo produz e se reproduz sem necessidade de muitos cuidados. Uma pessoa poderia ter aqui uma vida de abundância sem necessidade de lançar mão de um único produto exótico, pois a generosa natureza fornece tanto a madeira para construir a casa, quanto as cabaças e a argila para fabricar o necessário vasilhame, e tudo o mais! E quantas vantagens não se adivinham numa terra onde não é preciso interromper as atividades agrícolas durante o inverno, podendo-se, pelo contrário, plantar, colher e

criar, seja o que for, durante todo o ano! E onde o próprio vestuário, quanto mais leve e simples, mais confortável será! E onde uma centena daquelas pequenas necessidades e exigências de uma região de clima frio são inteiramente supérfluas (WALLACE, 1979, p. 60).

Essas idéias acerca da agricultura na Amazônia perpassam toda sua história. Transparece em documentação variada um embate que opõe as atividades extrativas às agrícolas. De um lado, há uma forte corrente em que defende a idéia de que seria vocação da região dedicar-se à coleta de produtos florestais, como se o extrativismo fosse um dado “natural”, como se o extrativismo não fosse já o resultado de trabalho organizado. Vocação essa que, naturalmente, deveria ser combatida por todos aqueles que advogavam para a região sua inserção na civilização ocidental. Essa “vocação extrativista”, portanto, deveria ser submetida ao domínio da agricultura, posição esta que trazia embutida o embate entre selvageria (extrativismo) e civilização (agricultura). Em uma breve exploração sobre a historiografia amazônica podemos observar que, já no período colonial, lamentava-se que os colonos estivessem tão preocupados com a coleta das drogas do sertão a ponto de se descuidarem da produção agrícola necessária para sustentar a vida na região, preocupação esta que permanece no século XIX, principalmente quando se avoluma a produção gumífera. Importa que a vida sócio-econômica da região tinha se pautado no extrativismo, de tal modo que, em meados do século XIX, alguns produtos começavam a escassear e as autoridades alertavam para a necessidade de uma política de preservação, o perigo que o extrativismo sem controle significava para a economia local.⁴ Do ponto de vista econômico, era difícil se combater o extrativismo, atividade que contribuía significativamente no quadro de exportações da região.

Apesar de combatido em tese, havia já quem apregoasse que a salvação econômica da região estava no cultivo dos produtos extraídos da floresta, tal como o cacau que, durante o século XVIII, se constituía no principal item de exportação do Pará. Bastos (1975, p. 123) destaca-se nesse sentido, pois ao mesmo tempo em que reconhece no extrativismo um “transtorno para a vida social” por propiciar que as populações se consumissem numa “existência nômade”, não via com pessimismo o futuro da região, desde que houvesse empenho no cultivo da seringueira, da salsa e outras drogas do sertão.

À medida que o extrativismo da borracha se firmava, principalmente após a década de 1870 quando os resultados econômicos propiciaram uma devassa na floresta em busca de novos seringais, dando início à ocupação do Acre, no Pará, muitos se queixaram do abandono das atividades agrícolas. Propalava-se aos quatro ventos que as vilas se despovoavam, encareciam os preços e rareava a produção agrícola. Sempre tomada como sinônimo de processo civilizador, a agricultura era considerada como única atividade digna capaz de ocupar a Região Amazônica. Enquanto o homem ficasse preso à indústria extrativa, a Amazônia não conheceria o progresso das civilizações.

A produção agrícola constituía constante preocupação para os governantes da região, desde os colonizadores portugueses, que visavam estabelecer um sistema de abastecimento capaz de viabilizar uma ocupação humana mais extensa, destacando-se nesta questão o abastecimento agrícola de Belém. Aliados aos sonhos de colonizar a Amazônia com brancos europeus, os governos provinciais incentivaram a fundação de colônias agrícolas, destacando-se as criadas na região Bragantina ao final do século XIX, ao mesmo tempo em que promoviam a propaganda pela Europa para arregimentar mão-de-obra. A análise dessa experiência nos permitirá discutir os matizes do imaginário que se construiu em torno da uberdade da floresta quando confrontado com problemas ecológicos que a agricultura praticada na região criou, e ao mesmo tempo deu início a uma crítica à idéia de que a Amazônia viria a ser tornar o celeiro do mundo.⁵

A COLONIZAÇÃO DA REGIÃO BRAGANTINA

A colonização da região Bragantina foi considerada solução para os problemas de abastecimento de Belém. Em função dessa idéia, uma série de colônias agrícolas foram fundadas ao longo do século XIX, destacando-se as colônias de Benevides, Castanhal, Igarapé-Açu, dentre outras. Tomando-se como exemplo o sucesso da imigração estrangeira no sul do país, que desbravava regiões inóspitas, o governo provincial incentivou e a imigração para a região e distribuição de lotes de terras. Os primeiros europeus, sobretudo espanhóis, começaram a chegar, mas logo abandonaram as colônias por apresentarem diversos problemas. Ao longo das décadas de ocupação da região Bragantina, foi o migrante nordestino, sobretudo o cearense, que em maior número sustentou a sua

colonização. A construção de uma estrada-de-ferro foi também desde o início apontada como solução para o escoamento da produção, mas sua construção foi tardia e demorada; iniciada em 1883, sofreu inúmeros percalços econômicos e técnicos, só alcançando a Bragança em 1908. Contudo, a estrada sempre operou em regime deficitário.

No final da década de noventa do século XIX, com a seca mais uma vez grassando pelo Ceará, a ocupação da Bragança por migrantes nordestinos se acentuou, de tal forma que se tornaram dominantes na região (CRUZ, 1955, 1956, 1963; EGLER, 1961, p. 527-556; PENTEADO, 1967). Mas a colonização revelou-se um grande fracasso, passadas as primeiras décadas de ocupação. As causas apontadas para o seu malogro iam desde a má administração até a falta de erário e mão-de-obra. Aos poucos, a produção agrícola declinava e os colonos abandonavam suas glebas. Como explicar esse insucesso? Nunca se apontavam causas locais que questionassem o mito da uberdade florestal, tais como: baixa fertilidade do solo, condições climáticas ou incidências de pragas na lavoura. Segundo Egler (1961), “procurando justificar a existência das colônias e as vultosas despesas consumidas na instalação e manutenção das mesmas, os relatórios primavam em apresentar estatísticas de produção, sem esclarecer, no entanto, a quanto correspondia àquela produção em área cultivada, capital aplicado e esforço despendido” (p. 533). Um esforço, portanto, em maquiagem os problemas que a região enfrentava para sustentar as atividades agrícolas.

Efetivamente, a agricultura praticada na região, tirando-se os primeiros dois ou três anos em que uma gleba conseguia produzir cereais, milho e feijão principalmente, logo ficou restrita à produção de farinha de mandioca e aguardente. Alguns anos de ocupação bastavam para que o terreno se tornasse impróprio para o cultivo, sendo necessário seu abandono e conseqüente derrubada de novos trechos da floresta.

Houve um único período em que a Estrada não foi deficitária, o que demonstra uma maior produção da região: após 1916, quando cerca de 30.000 nordestinos se fixaram na região depois da seca de 1915. Nas palavras de Amaro Teodoro Damasceno Jr. “o trabalho dessa gente foi um destruir de ouro para produzir prata” (apud EGLER, 1961, p. 539). Graças à existência de imensas áreas devolutas, a mata continuou sendo destruída em proporções sempre maiores, estendendo-se a devastação por dezenas de quilômetros, tendo como base uma agricultura de

coivara, de baixíssima produtividade, mas o suficiente para manter viva a ilusão de uma fartura sem limites.

Não para sempre. Em meados da década de quarenta, a fertilidade do solo amazônico era questionada, tendo-se como referência essa experiência da região Bragança. Após décadas de devastação florestal, a região mais se assemelhava a um deserto; em muitos locais, a capoeira que substituíra a mata já tinha sido novamente derrubada para a produção de carvão, para o plantio de mandioca e fabrico da farinha. Problemas ecológicos em conseqüência da lixívia e das práticas agrícolas foram apontados por Felisberto de Camargo (1948, p. 123-147), diretor do Instituto Agrônomo do Norte (IAN). Na verdade, “Camargo foi o primeiro cientista a reconhecer e descrever sistematicamente as diferenças críticas entre as duas grandes regiões ecológicas da Amazônia, e a enfatizar os limites à fixação humana na região. Em conseqüência dos estudos do IAN, os cientistas passaram a reconhecer a natureza extremamente delicada da floresta pluvial amazônica e a questionar o potencial da região para uma exploração agrícola descontrolada e um crescimento econômico em grande escala” (DAVIS, 1978, p. 160; CAMARGO, 1958; MEGGER, 1954, p. 801-824).

Como uma portentosa e exuberante floresta podia ocultar solos pobres? Difícil de se acreditar. Felisberto de Camargo encontrou firme opositor a suas idéias entre a elite e intelectuais da região, destacando-se Ernesto Cruz, que aponta como causa do fracasso da Bragança o desamor dos nordestinos ao trabalho. Devemos sobretudo considerar a percepção do ambiente que informava o imaginário de um futuro muito promissor. O desejo de realização dessas promessas é posto como factível, de tal modo que quaisquer outras informações contrárias, que viessem ameaçar esse futuro, dificilmente eram aceitas. Só poderia ser trabalho de sabotagem do inimigo interno, como Felisberto Camargo foi considerado, principalmente por suas críticas ao plantio de seringueiras que o Estado fomentava. É neste terreno que poderemos observar melhor como o imaginário da uberdade florestal sobrepujava as análises científicas do período que demonstravam as dificuldades não só de se manter uma agricultura extensiva na Amazônia, mas também a impossibilidade do cultivo de produtos que tinham sua origem na região e que enfrentavam sérios problemas de adaptação ambiental.

TENTATIVAS DE CULTIVAR A HÉVEA

Cultivar seringueiras de forma sistemática e racional é uma idéia que não parecia tão esdrúxula já no século XIX, tomando-se como escopo o imaginário de que a floresta poderia se transformar no celeiro do mundo. O plantio da *Hévea* tinha a virtude de aliar a agricultura com o extrativismo, ou seja, combinar os dois elementos que apareciam como antagonônicos nessa discussão de qual seria o destino da Amazônia. Embora não tenha se constituído numa prática corriqueira, o surgimento de algumas tentativas de cultivo, na Região Amazônica ao final do século XIX, vêm comprovar que a idéia já tinha ocorrido a alguns poucos proprietários. No entanto, apesar de podermos considerar essas tentativas como meros experimentos, os obstáculos com os quais se depararam podem ser reputados como insuperáveis.

Historicamente, os “problemas ecológicos” da Amazônia ainda não eram de conhecimento científico, muito menos de domínio público, não podendo ser apontados como fatores desencorajadores do plantio da *Hévea*. Tais problemas só se tornaram de pleno conhecimento muito depois da *débacle* da borracha, ocasionada paradoxalmente pelas grandes plantações de seringueiras no sudeste asiático. Quais são esses problemas? O cultivo de seringueiras na Amazônia, na forma de grandes *plantations*, enfrenta sérios problemas de ambientação, principalmente devido ao “ataque” de fungos que literalmente destroem as árvores. Conhecida como “mal da folhas” essa doença levou à falência do projeto de Ford na região, uma vez que o plantio era feito de forma regular e sistemática (*plantation*) e a contaminação de uma árvore com o fungo era seguida pela devastação de todo o plantio. Na floresta, as árvores crescem distanciadas umas das outras, o que dificulta a disseminação do fungo, ao contrário das plantações regulares.

Assim, como fator limitador ao plantio sistemático de seringueiras, podemos apontar a própria ausência de conhecimento científico mais detalhado da árvore, que até o início do século XX permanecia um completo mistério para os agrônomos da Amazônia. Também podem ser apontados outros fatores, como a escassez de capital e de mão-de-obra. Na verdade, há que se pensar que o maior de todos os obstáculos esteja na oposição demonstrada por segmentos da elite amazônica à economia de exportação advinda do extrativismo. Grandes

proprietários e políticos questionavam os benefícios que a indústria extrativa trazia para a região, já que contribuía para o aparecimento de outros tantos problemas, como o abandono da agricultura e a falta de mão-de-obra, ocasionando grandes dificuldades de abastecimento alimentar. Tais críticos dos negócios da borracha, segundo Weinstein (1993, p. 51), “culpavam a economia coletora primitiva pela instabilidade econômica, pelo atraso tecnológico e pela escassez e ignorância da população da Amazônia”.

Bastos (1975, p. 123), em meados do século XIX, por exemplo, referia-se aos povoados que surgiam em função do extrativismo como “esse transtorno da vida social, essa depravação moral alimentada pelo trabalho em comum e ausência de todas as regras da decência, essa existência nômade, preocupam a todos os que observam as coisas do Amazonas.” Observando que, enquanto as drogas do sertão, como a borracha, continuassem a alcançar preços que compensassem os fretes e os gastos de produção, a extração continuaria a dominar as atividades econômicas. A única esperança era que, com o exemplo dos imigrantes, “os hábitos da população melhorem”, sendo “lícito esperar que se propague o cultivo regular de seringueiras”.

Com a perspectiva de crise, em 1910, devido ao plantio de seringueiras no Oriente, tornava-se voz corrente na Amazônia a necessidade de se incentivar seu plantio na região. Jacques Huber, do Museu Goeldi, que poucos anos antes tinha experimentado plantar algumas mudas de *Hévea*, foi enviado ao Oriente para avaliar a situação das plantações e sua capacidade produtiva, e voltou com notícias alarmantes para a economia Amazônica. No ano seguinte, a crise se consolidava; rapidamente os preços baixaram a níveis que impossibilitavam economicamente o extrativismo da borracha, superado pela produção oriental. O governo federal efetivamente pouco fez para proteger ou mesmo dirimir a crise. O plano Pedro de Toledo, planejado para se antepor às plantações do Oriente, sequer saiu do papel. Os argumentos arrolados para explicar a *débacle* vão desde a incompetência da elite local em assumir um sistema agrícola, à falta de capitais e mão-de-obra para tocar adiante um tal projeto, uma vez que os nordestinos, com a crise, faziam o caminho inverso (MENDES, 1943; SANTOS, 1980). Este foi um momento histórico em que parecia que se comprovava que o destino da Amazônia não estava no extrativismo, que

era preciso tirar lições da crise, incentivar a agricultura. Efetivamente, contudo, o sistema extrativista voltou sua atenção para outros produtos, como a castanha, e nunca deixou de ser significativo para a vida econômica da região. Nos anos vinte e trinta do século XX, o sucesso econômico de alguns produtos agricultáveis que se adaptaram razoavelmente bem na região, como a juta e a pimenta do reino, reacendeu o debate (PETEY, 1972, p. 112-131; MIYASAKI; ONO, 1958, p. 366-396). Vale a pena realçar que se associava a imagem da crise com o fim de atividades lucrativas na região, o que não corresponde aos dados sócio-econômicos. Nem sequer os seringais desapareceram; ainda que muitos tenham sido abandonados, a extração da borracha se manteve como importante atividade econômica, associada à agricultura de subsistência.

Tão devastadora teria sido a crise da borracha que supostamente ninguém nela veria a solução para a ocupação da Amazônia. Não obstante, durante os anos vinte e trinta, buscou-se adaptar o plantio de seringueiras na Amazônia, na forma de *plantations*, racionais e lucrativas como as do Oriente. A formação de grandes plantações de seringueiras significava colocar a região em condições de competir no mercado mundial da borracha e, de certo modo, restaurar um passado de glórias. Mas para Henri Ford significava, sobretudo, auto-suficiência de uma matéria-prima essencial para sua indústria. Vamos acompanhar os percalços e discussões engendradas pela iniciativa de Ford na Amazônia, principalmente no que essa discussão contribuiu para, num primeiro plano, construir um conhecimento científico sobre a adaptação da vida na floresta e, num segundo plano, despertar o imaginário de uma Amazônia restaurada em sua glória e plena de promessas de futuro auspicioso.

A EXPERIÊNCIA DA COMPANHIA FORD NO PLANTIO DE SERINGUEIRAS

Nos estudos de história ecológica, o ambiente passa a ter papel atuante. Para Drummond, significa combinar a história natural com a história social, ou seja, “colocar a sociedade na natureza”. As implicações deste postulado são claras e significam “atribuir aos componentes naturais objetivos a capacidade de condicionar

significativamente a sociedade e a cultura humanas”. Significam também que “o cientista social dá às forças da natureza um estatuto de agente condicionador ou modificador da cultura (DRUMMOND, 1991, p. 177-197)”. Foi nessa perspectiva que Dean (1996) se dedicou a pensar as várias tentativas de domesticar a *Hévea* em seu ambiente de origem: os fatores biológicos entram como determinantes para explicar os constantes fracassos das plantações. Pioneiro nessa abordagem, Dean recebeu algumas críticas, mas não consideramos que Weinstein (1993, p. 9-10) tenha inteira razão ao afirmar que “tal argumento hipotético pouco contribui para melhor compreensão da experiência histórica da Amazônia e de seus habitantes; na prática, o cultivo frustrado de seringueiras e muitas outras plantas na região tem permitido sobrevida a uma economia baseada na extração de produtos silvestres”. Dificilmente poderíamos considerar que o poder devastador do fungo causador do mal das folhas tenha sido intencionalmente usado para manter a economia extrativa! Não se quis frustrar o cultivo da *Hévea*, ele foi frustrado por consideráveis problemas ambientais (RIPPY, 1956, p. 3-24). Mas também é mais do que certo que os grandes aviadores, que lucravam como o sistema extrativista, sempre se opuseram a investir capital ou mesmo esforços na agricultura. Porque o fariam, se a indústria extrativa baseada no sistema de aviação era lucrativa? O que podemos perceber, nesta discussão tão acadêmica, é o imaginário do ceileiro do mundo em atuação, como se fosse um “erro” histórico propiciar sobrevida ao sistema extrativo, conforme se depreende das afirmações de Weinstein.

Nosso objetivo, neste momento, é discutir o imaginário social em torno das plantações de seringueiras durante o Estado Novo, ainda que essas plantações nunca tenham sido postas em prática, ou quando o foram, com resultados desalentadores. Consideramos que Dean sobreleva os problemas ambientais, não considerando as sensibilidades atuantes naquele momento, e o imaginário dos sujeitos que discutiam esses problemas. Ou seja, Dean desconsidera, naquela realidade histórica, o dado cultural (o imaginário social) na relação com a natureza. Dessa forma, não consideraremos os projetos de plantações de seringueiras como “erros” históricos, mas como componentes do imaginário social sobre a região, no período, que expressam uma dada sensibilidade para com o ambiente e que foi construído historicamente. É evidente que os

detentores do sistema comercial amazônico se opunham às grandes plantações, com o argumento de que a *Hévea* silvestre detinha um padrão de qualidade insuperável. No entanto, a oposição não pode ser responsabilizada pelo fracasso da Ford Motors Company na Amazônia.

Nesse sentido, precisamos examinar mais detalhadamente a experiência da Ford na Amazônia (CRULS, 1939, p. 3-25; RUSSEL, 1942, p. 125-145; ARRUDÃO, 1946, p. 29-33; MENDES, 1946, p. 41-44; VICENTINI, 1991, p. 84-91; GALEY, 1979, p. 261-289). A implantação de um projeto de plantio de seringueiras visava, sobretudo, atingir a auto-suficiência na produção de pneus para automóveis, o que significava quebrar com o quase monopólio do Oriente no fornecimento da borracha, cartelizado graças ao Acordo de Stevenson, que impunha cotas aos países produtores visando estabelecer um equilíbrio nos preços (DEAN, 1996; PINTO, 1984).

A Companhia deu início às suas atividades na região comprando uma enorme extensão de terras às margens do Tapajós em 1927, com o objetivo de cultivar seringueiras no sistema de *plantation*, mas os problemas que enfrentou foram de considerável monta. Fordlândia e Belterra, as grandes propriedades da companhia, centros de trabalho que foram organizados como um espaço citadino, eram tidas como promessas de concretização de um futuro grandioso para a Amazônia. A quem atribuir a culpa pelos problemas que a Ford enfrentava? Dentre os “culpados” pelo fracasso da experiência arrolam-se desde a escolha do local onde se instalou o projeto, passando pela escassez de sementes de seringueiras, até a oposição política dos governos estaduais, dos nacionalistas e integralistas, que teve que confrontar. Nos anos de 1930, o projeto da Ford na Amazônia foi atacado por ser considerado um claro caso de intromissão estrangeira no país. Os ataques partiram principalmente da Sociedade de Amigos de Alberto Torres, que servia como um fórum para a discussão dos problemas de segurança nacional, no que concerne à geopolítica das fronteiras. Seu imenso território, composto de milhares de hectares, a isenção de impostos por cinquenta anos e um indiscriminado direito de jurisdição interna, forneciam os argumentos para se creditar a Ford um projeto de enclave imperialista.

Esse clima de animosidade foi aos poucos sendo dirimido, principalmente quando a ele se confrontava a construção de uma cidade completa, em pleno coração da selva, que brotava com todos os

confortos necessários para a vida moderna além de dispositivos de saneamento e higiene. O fordismo trazia a civilização em meio às ruínas do passado, pois a cidade dispunha de água, luz, hospital, escola, cinema, porto, oficinas mecânicas e casas bem alinhadas para os trabalhadores e dirigentes, contribuindo para anular ou minimizar as críticas que o empreendimento da Ford recebia.

No entanto, no que se refere à adaptação ambiental da seringueira ao sistema de *plantation*, o mal das folhas, provocado pelo fungo *Microcyclus*, mais conhecido como *Dothidella ulei*, fez sua aparição bem cedo, provocando a infestação de grandes extensões de área cultivada. A partir de então, a administração da empresa e seus cientistas dedicaram-se a inúmeras experiências, de clonagem e enxertia, que visavam fornecer uma árvore resistente às pragas e, ao mesmo tempo, viável produtiva e economicamente. Concordamos com Dean quando afirma que se criou na Amazônia o maior campo experimental de domesticação de seringueiras. Em vão. Quando a Ford transferiu, em 1945, Fordlândia e Belterra ao governo brasileiro por um preço meramente simbólico, gastara milhões de dólares e avançara muito pouco no combate ao mal de folhas, obstáculo que se mostrara intransponível para o desenvolvimento de plantações competitivas.

Mas o que chegava ao público brasileiro era uma outra imagem, muito diferente dos problemas técnicos e ecológicos enfrentados por agrônomos e biólogos. Até os estudos de Dean, a grande causa apontada como responsável pelo fracasso da Ford tinha sido a dificuldade de conseguir mão-de-obra para levar adiante o projeto, ou mesmo a resistência dos trabalhadores arregimentados ao regime disciplinar que imperava nas cidades fordistas. O trabalhador nordestino era apontado como o vilão da história, acusado de indolente e preguiçoso, conforme depoimentos dos administradores da companhia colhidos por Pereira (1958) alguns anos depois.

Sem sombra de dúvidas a Ford encontrou nos primeiros anos dificuldades em arregimentar mão-de-obra, bem como enfrentou rebeliões entre os trabalhadores arregimentados, devido ao sistema disciplinar implantado. Segundo Dean (1996, p. 125), a região contava com uma disponibilidade de mão-de-obra bastante reduzida, não contando com mais do que 250.000 homens adultos nas áreas rurais, em toda a bacia amazônica, no final da década de vinte. Além do mais, a

Companhia impunha um rígido controle de saúde, rejeitando os trabalhadores doentes e contaminados pela malária, para preservar a segurança sanitária de Fordlândia. No início da década de trinta, a Companhia confiou aos arregimentadores locais a tarefa de contratar trabalhadores, estabelecendo um fluxo regular de mão-de-obra. Apesar dos altos salários pagos e das comodidades que a cidade oferecia, ao que tudo indica, a rotatividade era bastante alta, levando a administração a considerar a importação de trabalhadores chineses e depois portugueses, já que uma experiência com barbadianos foi também problemática.

Segundo Dean (p. 127),

os problemas de mão-de-obra da empresa Ford não podem ser considerados críticos, nem mesmo um fator importante em sua falta de lucratividade. A quantidade de conflitos e rotatividade de mão-de-obra que a Ford enfrentou no Tapajós era, sem dúvida, muito menor que a que encontrava em Detroit. [...] Para a Ford, uma dificuldade muito maior do que a rotatividade da mão-de-obra era o fato de que, decorridos treze anos e efetuados um investimento de quase 10,5 milhões de dólares e o plantio de 3.650.000 seringueiras, praticamente não havia uma sequer em condições de ser explorada.

Mas não era essa a imagem que se passava para o resto do país. Em visita a Belterra, em 1940, Vargas fez um pronunciamento para o rádio, em cadeia nacional, elogiando as condições de trabalho que a Ford proporcionava, impressionado com a cidade e a saúde dos trabalhadores. Fordlândia e Belterra significavam “um clamoroso desmentido àqueles raros que ainda supõem ser impossível o aproveitamento agrícola do Amazonas. Por outro lado, após tanto tempo de vida vária e erradia, o nosso caboclo fixa-se pela primeira vez à terra e a sua mão, que quase só sabia colher e depredar, habitua-se enfim ao gesto do semeador” (CRULS, 1939, p. 22).

O INCENTIVO ÀS PLANTAÇÕES DE SERINGUEIRAS DURANTE O ESTADO NOVO

Nada mais natural do que incentivar a plantação de seringueiras quando, em decorrência dos Acordos de Washington assinados com os Estados Unidos em 1942, a borracha alcançou preço considerado

minimamente satisfatório para as condições amazônicas. As plantações de seringueiras surgiram na imprensa como o grande veículo que tiraria a Amazônia do atraso e a colocaria em condições de talvez competir com as plantações orientais. Aliada à necessidade de arregimentar trabalhadores para os seringais no contexto da Batalha da Borracha, que pode ser resumida num esforço para aumentar a produção da borracha para suprir as forças aliadas, fomentou-se uma enorme campanha nacional em que um dos principais motes era a ocupação da região por meio da disseminação da pequena propriedade, propaganda que atraía com eficácia um grande número de migrantes nordestinos que sonhavam com a posse da terra e com uma vida livre (GUILLEN, 1999).

No bojo da Batalha da Borracha criou-se o Banco de Crédito da Borracha (BCB), bem como se abriu uma linha de crédito para financiar o cultivo de seringueiras. De imediato tal programa recebeu a oposição de Felisberto Camargo, então diretor do Instituto Agrônomo do Norte. Camargo vinha atuando com as missões americanas e com a Ford, encontrando-se bem informado sobre as dificuldades técnicas que o plantio enfrentava. Como se apregoava que as plantações poderiam ser feitas por meio de sementes nativas, Camargo alertava, em uma série de artigos publicados no jornal *O Estado do Pará*, para o amadorismo de tais conselhos, ao mesmo tempo em que lembrava que não se estava propriamente interessado no plantio, mas apenas em obter rapidamente o financiamento do BCB⁶. Observava também sobre a necessidade de orientação técnica quanto à escolha de sementes, recomendando apenas o cultivo daquelas que já tinham sido testadas quanto à resistência ao mal de folhas e que fosse ao mesmo tempo de alta produtividade. Quem poderia garantir esses dados técnicos era tão somente o IAN, que possuía um viveiro de descendentes de clones utilizados na Ford.

As críticas de Camargo provocaram celeuma entre as autoridades governamentais, tanto da elite paraense quanto do Estado Novo, que viam nesses projetos apanágios para a ocupação da Amazônia. Valentim Bouças, um dos mentores dos acordos de Washington e grande propagandista da Batalha da Borracha, em uma série de artigos publicados no *O Observador Econômico e Financeiro*, fomentou a discussão, fornecendo munção para o debate que se mostrou bastante acirrado, e o que se percebe é uma incrível incapacidade de se reconhecer que uma

planta amazônica pudesse enfrentar problemas de adaptação ambiental no sistema de *plantation*⁷.

Camargo respondeu às críticas de modo convincente e divulgou um projeto de plantio de seringueiras em pequenas propriedades, considerado por Dean uma proposta corajosa, já que Camargo propunha, em longo prazo, a “derrubada dos seringalistas e a criação de uma classe de pequenos produtores agrícolas”. Tal projeto partia do pressuposto de que “o sistema econômico semifeudal da Amazônia era incapaz de instaurar uma agricultura racional” (DEAN, 1996, p. 149). Para Camargo, “neste final de época de extração de borracha da selva, é indispensável dar ao seringueiro a maior parcela dos benefícios destes meios técnicos de melhorar a produção, mesmo porque não há mais tempo para a exploração capitalista dentro da selva.[...] Já é tempo de compreender que a vida do seringueiro, na selva, não oferece margem para a exploração” (CAMARGO, 1942, p. 3-18).

É obvio que o debate proposto por Camargo extrapolava aspectos técnicos, agrícolas e ambientais, e politizava a questão, apontando para o fato de que a maneira como o extrativismo se organizava engendrava relações de trabalho próximas de um escravismo sem disfarces e era em grande medida responsável pelo fracasso da agricultura consorciada. Camargo, neste aspecto, respirava os ares de seu tempo e, criticando o sistema de *plantation*, alinhava-se entre aqueles que defendiam a pequena propriedade como solução para os problemas que a agricultura amazônica enfrentava. Mas, ao mesmo tempo, apontava para soluções que, na prática, os seringueiros vinham fazendo há décadas, ou seja, combinar agricultura e extrativismo num sistema consorciado e conviver com a floresta sem criar antagonismos imaginários. Os seringueiros mostravam que não só a vida na floresta era possível, mas principalmente que esta não tinha que ser destruída para que a agricultura se tornasse viável. Com certeza este modo não propiciava uma economia de mercado competitiva nos moldes das *plantations*, mas era sem dúvida uma solução. Diante de tantos debates que incompatibilizaram a agricultura e o extrativismo, podemos compreender que para a época o projeto fosse considerado um sonho inviável. E ainda não é?

NOTAS

- 1 Para uma análise da Marcha para o Oeste ver Lenharo (1984, p. 7-6; 1985).
- 2 Há uma extensa bibliografia a respeito do imaginário ocidental constituída em torno das florestas. Para a presente discussão, ver Le Goff (1994), Thomas (1988), Schama (1996), Dean (1996).
- 3 Euclides da Cunha escreveu sobre a Amazônia alguns textos esparsos em que sobressai o tom de denúncia social das condições de vida dos migrantes nordestinos nos seringais do Acre. Seus artigos e ensaios foram publicados essencialmente em *A margem da História*, cuja primeira edição é de 1909, e também em *Contrastes e Confrontos*, em 1907. Sobre as representações em torno das imagens infernais da Amazônia, ver principalmente Cunha (1994) e Rangel (1926).
- 4 Para uma análise dessa questão, principalmente dos alertas que as autoridades fizeram quanto ao extrativismo depredador, ver Leonardi (1999). Para o período colonial, Alexandre Rodrigues Ferreira observava a incúria dos colonos que na pesca do pirarucu e da tartaruga agiam com tal imprevidência, desperdiçando os recursos que, tomados como fartos, certamente algum dia iriam faltar (PÁDUA, 2002, p. 85-87).
- 5 Sobre o mito da fertilidade do solo amazônico há uma enorme produção científica, avaliando o complexo equilíbrio ecológico da floresta e os resultados que o desflorestamento e a agricultura têm provocado. É sempre importante acompanhar como esse conhecimento se formou. Para tal, é imprescindível a obra de Meggers (1977).
- 6 *O Estado do Pará*, 7.4.43.
- 7 Plantações de borracha. *O Observador Econômico e Financeiro*, n. 87, p. 6-7, abril de 1943; e n. 88, p. 3-5, maio de 1943; A Borracha: Passado, Presente e Futuro. *O Observador Econômico e Financeiro*, n. 89, p. 119- 149, junho de 1943.

REFERÊNCIAS

- ARRUDÃO, M. Ford e a Fordlândia. *Digesto Econômico*, v. 2, n. 16, p. 29-33, mar. 1946.
- BASTOS, A. C. T. *O vale do Amazonas*. São Paulo: Editora Nacional, 1975.
- CAMARGO, F. C. Exploração Extrativa da Borracha. *Boletim do Ministério da Agricultura*, v. 31, n. 10, p. 3-18, out. 1942.

- _____. Report on the Amazon region. In: UNESCO *Problems of Humid Tropical Regions*. Paris, 1958.
- _____. Terra e colonização no antigo e novo quaternário na zona da Estrada de Ferro de Bragança, Estado do Pará - Brasil. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi*, v. 10, p. 123-147, 1948.
- CRULS, G. Impressões de uma visita à Companhia Ford Industrial do Brasil. *Revista Brasileira de Geografia*, v. 1, n. 4, p. 03-25, out. 1939.
- CRUZ, E. *A estrada de ferro de Bragança: visão social, econômica e política*. Belém: SPVEA, 1955.
- _____. *Colonização do Pará*. Belém: Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia, 1956.
- _____. *História do Pará*. Belém: Universidade Federal do Pará, 1963, 2v.
- CUNHA, E. *Um paraíso perdido*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1994.
- DAVIS, S. *Vítimas do milagre: o desenvolvimento e os índios do Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- DEAN, W. *A ferro e fogo: a história e a devastação da mata atlântica brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- DRUMMOND, J. A. A história ambiental: temas, fontes e linhas de pesquisa. *Estudos Históricos*, v. 4, n. 8, p. 177-197, 1991.
- EGLER, E. G. A Zona Bragantina no Estado do Pará. *Revista Brasileira de Geografia*, v. 23, n. 3, p. 527-556, jul.-set. 1961.
- GALEY, J. Industrialist in the wilderness. Henry Ford's Amazon venture. *Journal of Interamerican Studies and World Affairs*, v. 21, n. 2, p. 261-289, may 1979.
- GUILLEN, I. C. M. G. *Errantes da Selva: histórias da migração nordestina para a Amazônia*. Campinas. Tese (Doutorado em História) - Universidade de Campinas, 1999.
- LE GOFF, J. O deserto-floresta no Ocidente Medieval. In: *O imaginário medieval*. Lisboa, Editorial Estampa, 1994, p. 88-99.
- LENHARO, A. A marcha para o azul. *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, t. 23, 1984, p. 07-16.
- _____. *Colonização e trabalho no Brasil: Amazônia, Nordeste e Centro-Oeste*. Campinas: Ed. Unicamp, 1985.
- LEONARDI, V. *Os historiadores e os rios: natureza e ruína na Amazônia brasileira*. Brasília. Paralelo 15; Ed. UNB, 1999.

- MEGGER, B. J. Environmental limitations on the development of culture. *American Anthropologist*, n. 56, p. 801-824, 1954.
- MEGGERS, B. J. *Amazônia: a ilusão de um paraíso*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.
- MENDES, A. *A borracha no Brasil*. São Paulo: Sociedade Imprensa Brasileira, 1943;
- _____. A Fordlândia e a Hévea brasiliensis. *Digesto Econômico*. v. 2, n. 16, p. 41-44, mar. 1946.
- MIYASAKI, N.; ONO, M. O aviamento na Amazônia. (Estudo sócio-econômico sobre a produção de juta). *Sociologia*, v. 20, n. 3, p. 366-396, ago. 1958. 1ª parte.
- _____. O aviamento na Amazônia. (Estudo sócio-econômico sobre a produção de juta). *Sociologia*, v. 20, n. 4, p. 530-563, out. 1958. 2ª parte.
- MORAIS, R. *Na planície amazônica*. São Paulo: Edusp, 1987.
- O ESTADO DO PARÁ. abr., 1943.
- PÁDUA, J. A. *Um sopro de destruição: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista (1786-1888)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.
- PENTEADO, A. R. *O uso da terra na região Bragantina - Pará*. São Paulo: Instituto de Estudos Brasileiros, 1967.
- PEREIRA, O. D. *Desnacionalização da Amazônia*. Rio de Janeiro: Fulgor, 1958.
- PETEY, B. C. C. de. Aspectos da economia amazônica à época da depressão (1920-1940). *Boletim Geográfico*, v. 31, n. 228, p. 112-131, 1972.
- PINTO, N. P. A. *política da borracha no Brasil: a falência da borracha vegetal*. São Paulo: HUCITEC, 1984.
- RANGEL, A. *Inferno Verde*. 4. ed. Tours: Typ. Arrault, 1926.
- RIPPY, J. F. Some rubber-planting fiascos in tropical America. *Inter-American Economic Affairs*, n. 10, p. 3-24, 1956.
- RUSSEL, J. A. c. Fordlandia and Belterra, rubber plantations on the Tapajós River, Brazil. *Economic Geography*, n. 18, p. 125-145, 1942.
- SANTOS, R. *História econômica da Amazônia*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1980.
- THOMAS, K. *O homem e o mundo natural*. São Paulo: Cia. das Letras, 1988.
- SCHAMA, S. *Paisagem e memória*. São Paulo: Cia. das Letras, 1996.
- VICENTINI, Y. 1930: a utopia urbana de Ford na Amazônia. *Espaço e Debates*, v. 11, n. 34, p. 84-91, 1991.

WALLACE, A.R. *Viagem pelos rios Amazonas e Negro*. São Paulo: Edusp/Itatiaia, 1979.

WEINSTEIN, B. *A borracha na Amazônia: expansão e decadência (1850-1920)*. São Paulo: HUCITEC/EDUSP, 1993.

MODO DE VIDA E ORGANIZAÇÕES SOCIAIS NO ESTUÁRIO AMAZÔNICO*

Christian Nunes da Silva

Bacharel e Licenciado em Geografia/UFPA

A relevância das considerações realizadas sobre a importância da cultura cabocla para a Região Amazônica é imprescindível. O *modo de vida tropical* analisado por Wagley (1988) evidencia uma série de características que singularizam o indivíduo caboclo, com suas técnicas e padrões culturais semelhantes em toda a Amazônia brasileira, uma vez que o ambiente, aparentemente homogêneo, necessita de aparelhos e equipamentos que se adaptem ao meio. Para que ocorra essa adaptação, culturas e técnicas diferentes vão formar o tipo cultural *caboclo*, o que ocorre por meio de uma miscigenação¹ e hibridação cultural e biológica (OLIVEIRA FILHO, 1979; LIMA, 1999). Nestes aspectos, a mulher cabocla e o seu papel nas atividades produtivas revelam-se importantes modeladores da configuração territorial em geral e, especialmente, da Amazônia (BONDI, 2002; SIMONIAN, 2001). Assim, as atividades realizadas pelos caboclos e caboclas da Amazônia irão determinar o direcionamento da produção e, conseqüentemente, da subsistência familiar e da inserção das comunidades tradicionais da região no mercado.

É sob esse ponto de vista que o conceito de *modo de vida* é incorporado à análise dos dados levantados a partir de uma pesquisa realizada na ilha Trambioca, localizada no Município de Barcarena/PA. Vários autores dedicaram-se a estudar esse conceito, como Wagley (1988), La Blache (1954) e Marx e Engels (1984). Assim, *modo de vida*, de acordo com Marx e Engels, deve ser entendido segundo a íntima relação existente entre o modo de produção e os aspectos culturais que envolvem as sociedades. Portanto, não pode ser entendido sem o modo

* A pesquisa a partir da qual este artigo se tornou possível iniciou com o apoio do Projeto NAEA/FORD e de uma bolsa de iniciação científica financiada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), sob orientação da Profa. Dra. do Núcleo de Altos Estudos da Amazônia (NAEA), Lígia T. L. Simonian. Essa pesquisa foi desenvolvida nos anos de 2001-2003 e teve como resultado a elaboração de um laudo para a criação de uma Reserva Extrativista (RESEX) na ilha de Trambioca, de vários relatórios apresentados à Fundação Ford e à Pró-Reitoria de Pesquisa (PROPESP)/UFPA, de trabalhos apresentados em seminários e conferências, de um vídeo apresentado à TV Liberal, de confecção de mapas da ilha em estudo e de um vasto acervo de fotos que poderão ser utilizados em outras pesquisas a serem feitas naquele local e em estudos similares. Também como resultado, este artigo faz parte do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) de Geografia/UFPA.